

ADM/E-Protocolo:	015/2023 – 20.430.646-0
Modalidade:	Dispensa de Licitação nº 014/2023
Contratada:	Fundação Getúlio Vargas CNPJ/MF nº 33.641.663/0001-44
Objeto:	Publicação do inventário de emissão de gases de efeito estufa
Valor global estimado:	R\$ 5.300,00

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Licitatar é regra e esse foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visem suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda, buscar a proposta mais vantajosa às contratações.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem características específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais e, nessas hipóteses, a lei previu exceções à regra, quais sejam, as Inexigibilidades de Licitação e as Dispensas de Licitações, previstas nos arts. 74 e 75, respectivamente, da Lei nº 14.133/2021 e, os arts. 154 a 160, do Decreto nº 10.086/2022

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)

Art. 75. É dispensável a licitação:
(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
(...)

Rua Comendador Araújo, 652 | Batel | Curitiba | Paraná | 80420-063

Pois bem, no caso em tela, extrai-se dos autos que o valor da contratação será de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais). Vê-se, então, que a importância se encontra dentro do limite estipulado no artigo 75, II, acima transcrito com as alterações previstas no Decreto 10086/2022 para as contratações mediante dispensa de licitação em razão do valor.

Portanto, restou justificada que a forma de prestação de serviços encontra-se albergada em uma das hipóteses previstas na legislação para a dispensa de licitação.

Atenciosamente,

Paulo Alessandro Morva Martins
Diretor de Administração e Finanças

Documento: **7.Justificativadedispensadelicitacao.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Paulo Alessandro Morva Martins (XXX.016.619-XX)** em 24/05/2023 09:23 Local: INVEST PARANA/DAF.

Inserido ao protocolo **20.430.646-0** por: **Danielle Laginski Freire** em: 18/05/2023 16:33.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
a38d4891641f3024bb3b7cee014c00e2.